

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº

DE 2018

Requer a realização de Audiência Pública destinada à discussão sobre o cercamento com grades dos prédios residenciais localizados no Cruzeiro Novo-DF, que o IPHAN alega ferir o tombamento do conjunto urbanístico de Brasília /DF.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública destinada à discussão sobre o cercamento com grades dos prédios residenciais localizados no Cruzeiro Novo-DF, que o IPHAN alega ferir o tombamento do conjunto urbanístico de Brasília /DF.

Para compor a mesa dos debates, indicamos os nomes dos seguintes palestrantes:

TIAGO PIMENTEL- Procurador da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

CAROLINA MARTINS DE OLIVEIRA- Procuradora de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural da Procuradoria da República;

MARCOS DANTAS- Secretário de Estado de Cidades do Governo do Distrito Federal;

GUSTAVO DO VALE ROCHA -Promotor de Justiça do Ministério Público Federal;

KÁTIA BOGÉA-Presidente do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

SALIN SIDDARTHA - Presidente do Movimento em Defesa do Cruzeiro Novo.

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN ajuizou ação civil pública, no ano de 1994, que tramita até a presente data, na qual se discute o cercamento com grades dos prédios residenciais localizados no Cruzeiro Novo-DF, fato que o IPHAN alega ferir o tombamento do conjunto urbanístico de Brasília.

Em dezembro do ano passado, o STF negou seguimento ao recurso ajuizado pelo Distrito Federal contra decisão que havia negado a possibilidade de instalação de grades de cercamento em edifícios residenciais da região administrativa do Cruzeiro.

Ante essa decisão e a discussão judicial que perdura ao longo dos anos, a preocupação que agora se instala entre os moradores é a vulnerabilidade que a medida traz como consequência, em razão da insegurança que assola o Distrito Federal, muito mais descontrolada que à época em que o gradeamento foi adotado como solução para o risco que corriam os moradores de terem suas residências violadas pela delinquência.

Nesse sentido, cumprindo o dever institucional desta Casa e atendendo aos anseios da população, urge a necessidade de reunir os interessados para a discussão e enfrentamento desse problema, em busca de mecanismos para solucionar a presente demanda.

Pelo exposto, pugno aos nobres pares pelo apoio e aprovação do requerimento.

Sala da Comissão, de abril de 2018 .

Deputado Miguel Haddad
PSDB/SP

Deputado Izalci Lucas
PSDB/DF